datas: nasc 1956 1ª ocupação 1978 1º emprego sem termo 1981 entrada emprego principal 1985 última promoção 1996

Contexto:

inicial

1. Guerra colonial e crise do petróleo vista de uma classe de serviços em ascensão.
2. País africano com sede em Lisboa beneficiando da mini-globalização da EFTA (modernização incompleta ou secundária).

Final

1. Estado periférico da UE organizando combate à pandemia COVID19, com livre circulação e estabelecimento dentro de fronteiras e dualidade social contra estrangeiros em crescendo.
2. Transição de alianças entre Washington e Pequim.

Preocupações profissionais:

Iniciais

1. trabalho de serviços, mas evitar trabalho rotineiro e mal pago (nova ética do trabalho) a partir de família de classe média alta não politizada (pai administrador, mãe professora, casa secundária na praia)
2. ganhar a vida na informática e cultivar-me na universidade que não fosse implicada directamente no capitalismo
3. manter férias longas durante tanto tempo quanto possível e recusar autoritarismo (curso de cooperativismo) e corrupção (banca e INE)

Finais

1. corrupção banalizou-se sem haver capacidade de reacção útil (INE, concursos académicos e de investigação com fotografia)
2. isolamento profissional e intelectual durante toda a vida (que agora começa a ser rompido através do activismo abolicionista, em Portugal e no Brasil)
3. racionalidade empresarial nas funções públicas (banca, INE, universidade) é politizada e “despesista” (pagar para manter as aparências)
4. carreiras longe da capital (e da política nacional) têm mais hipóteses de evitar a censura organizada pelas elites intelectuais
5. dada a liberdade garantida aos profs universitários, a possibilidade de a usar bem passa pela capacidade de auto-crítica da profissão

Identidade

1. Carreira académica controversa (junto dos técnicos em vez de junto dos sociólogos), mas protegida (corporativamente pelos sociólogos). Fixação definitiva na carreira (sem provas). Palmas no fim de curso (licenciatura) de métodos e técnicas com sindicalistas, entre outros elogios dos alunos. Vencimento no primeiro concurso nacional de investigação com júri internacional. Publicação em Barcelona do resultado, em tradução castelhana. Reconhecimento do mérito do mesmo trabalho pelo júri da FCG e, antes disso, pelo júri do concurso organizado por editores e livreiros. **positivo-negativo**: deserto profissional no banco, na universidade (rodeado de técnicos hostis e, mais tarde, emparteleirado), no INE. Traição do editor especializado através do qual concorri a este último concurso (boicotou a publicação) e do editor lisboeta desse mesmo livro e de outro (vendeu ao desbarato), anos mais tarde. Decisão da reitoria em boicotar a gestão de um dos mestrados de que era director seguida da do departamento em me afastar de iniciativas pedagógicas, terminando qualquer iniciativa que pudesse ter. **negativo-positivo**: reinvenção como teórico, usando o tempo livre e expandindo um conceito (estados de espírito) em pano de fundo de análise e instrumento de crítica à profissão e, mais tarde, à ciência e ao império. Retomei, só, aquilo que planeei fazer no início da carreira com José Baptista a respeito da maior limitação da modernização em Portugal: a organização autoritária e irracional.

1. A falta de um guia levou-me a privilegiar a procura (leitura de anúncios no Expresso) de novas oportunidades de trabalho tão livres quanto a universidade (abandonada) mas mais entusiasmantes, com janelas para o futuro (soc. informática, novos modos de organização). Não as encontrei. Encontrei velhos amigos com vontade de participar como **empresários** na nossa integração na CEE, mobilizando meios informáticos (sem sucesso) e novos amigos interessados em activismo de direitos humanos nas prisões. A indisponibilidade de ser empresário (burocrata privado) e a insistência em seguir os **amigos** arruinou-me financeiramente e deu-me um estímulo para recuperar através de rendimentos do trabalho que, ao tempo, estavam acessíveis a recém-doutorados (despedimento do INE e recrutamento pela Lusófona). Compreendi o que é ser **otário**: não ter rumo e seguir outros igualmente perdidos ou/e oportunistas sem escrúpulos. Obriguei-me a defender a **honra**, tornando-me activista guiado por mim mesmo. Deixei de ter dúvidas sobre o que fazer e, no fim, acabei por beneficiar disso ao orientar a minha investigação académica atrás desse sentido de vida encontrado. Foi essa experiência de **insucesso bem sucedido** (problema institucional teoricamente recomendável e socialmente reconhecido) que me fez compreender as **barreiras-fronteiras de classes** sociais bem distintas das que o marxismo me atinha ensinado, entrando directamente nas questões entre as velhas e a novas esquerdas, e que as teoria sociais referem, quando ignoram as **classes negativamente privilegiadas** de que falou Weber. Foi também essa experiência que banalizou em mim a auto-crítica: o referente denegado (que procura) e o sujeito auto-transcendente (que recebe e trata pedidos de ajuda dos presos). Estabelecida a segunda actividade como rotina, da qual já não se tirava ensinamentos novos, sem necessidade de fontes de **auto-estima** (estava saturado disso pela carreira desportiva, pela possibilidade de recuperação da falência financeira, pela segurança no emprego), o sujeito transcendente pode libertar-se da própria actividade libertadora. Fê-lo através da auto-crítica, isto é, da teorização da crítica à profissão que não o soube utilizar.
2. Heranças positivas foram o sucesso escolar, as férias grandes, o grande **sucesso desportivo**, a sorte de ter escapado à guerra colonial, a entrada atribulada no ISTécnico, a experiência vivificante da revolução, as oportunidades de formação e capacidades psico-técnicas para a **programação** de computadores, o emprego como programador num banco que me tornou financeiramente autónomo, depois de um período de carência de dois anos e meio. Com **autonomia financeira** e facilidades no emprego para estudar, o futuro apresentou **duas vertentes: a laboral e a intelectual**, pela qual viria a optar para ter liberdade e iniciativa de acção que não tinha como profissional. A **liberdade**, a universidade, porém, revelou-se desabitada de amantes da ciência, ocupada com funcionários públicos. Mesmo assim, arriscando a precariedade nobiliárquica que se vivia na universidade de então, antes de haver carreiras e muito antes da precariedade proletária que hoje se vive, optei pela liberdade vazia. Pus-me à procura de formas úteis de ocupar o tempo livre. Procurei **formas de iniciativa positivas** de profissionalização, eventualmente usando as TIC, distintas das negativas, retrógradas e assistencialistas que ocupavam os sociólogos profissionais. Dediquei-me, mentalmente, a mobilizar coordenadamente os saberes informáticos e sociológicos de que dispunha. Tentei pensar os informáticos como o proletariado da sociedade da informação (fui reprimido por colegas). Tentei **misturar informática com sociologia** (isso era inaceitável pelos superiores universitários, embora me tivessem deixado coordenar a única cadeira que lecionava sem controlo: obedeci como se estivesse a ser vigiado). Acabei por fazer um mestrado sobre a profissão dos informáticos e um doutoramento sobre a introdução de computadores nas escolas. Sem orientação (na altura não havia professores disponíveis para tal) e sem diálogo na profissão (dava aulas sozinho) acabei por seguir um pensamento “desviante”. Mais tarde, vieram dizer-me que a minha sociologia não era a sociologia do ISCTE. Verdade. Felizmente. A decisão de mudar de objecto de estudo para as prisões deveu-se ao facto de me sentir encurralado entre o tecno-optimismo a que desejava pertencer e o tecno-pessimismo de que me acusavam os colegas dada a minha fidelidade à realidade (os computadores não fizeram nenhuma diferença para a evolução do ensino nas escolas). Rapidamente descobri, por experiência militante, que as prisões não tinham nenhuma solução prática que não fosse a sua abolição. Novamente, me encontrei isolado. Mesmo dos grupos abolicionistas, política e civicamente inertes.

**HISTÓRIA PESSOAL PROFISSIONAL positiva INTEGRADA PARA SE COMPREENDER O SENTIDO SINTECTICO DAS RESPOSTAS DAQUI PARA A FRENTE**

A incompatibilidade ideológica que desenvolvi durante o PREC entre a liberdade mínima e a engenharia, a necessidade dos engenheiros explorarem os trabalhadores que dirigiam, levou-me a refugiar-me na separação da vida profissional (não ideológica, como programar computadores) e a vida intelectual (entrar num curso de humanidades, o menos prático possível, como História). Profissionalmente passei rapidamente de um trabalho rotineiro e sem ambições – caixeiro numa livraria – para programador de computadores, possibilitado por um curso técnico-profissional da IBM de uma ou duas semanas, tirado com cunhas na Petrogal (actual Galp) seguido de um estágio inútil, a não ser pelos almoços grátis. Seguiu-se outro curso do mesmo género e com outra linguagem (ICL, a IBM inglesa) a que me candidatei e de que me sai bem. Com essas bases, pude concorrer a um lugar na banca e na IBM. Representei-me como um operário da sociedade da informação: quem dirigia aquilo, os engenheiros, eram os analistas informáticos que se coordenavam com os analistas taylorianos que não sabiam informática. Num concurso para 3 lugares na banca, candidataram-se 4 pessoas e eu entrei. No ano seguinte eram 150 para um lugar do mesmo tipo (lembro-me sem detalhes da sorte que tive). Antes disso, recusei entrar na IBM porque eles não facilitavam os estudos que eu queria fazer. E também porque exigiam uma apresentação (fato e gravata) que eu não estava inclinado a aceitar, a não ser obrigado. Ganhava, em princípio de carreira num banco público, mais do que a média dos trabalhadores bancários, que já eram relativamente bem pagos. Era, portanto, um operário com sorte, aristocrata. Além da informalidade de trato entre os “camaradas”, beneficiava das conquistas de Abril, como o estatuto de estudante trabalhador e, mais, as facilidades suplementares oferecidas por um director de serviço de poder escolher o meu horário de trabalho – ia para as aulas de manhã e trabalhava à tarde. Na verdade, para em geral não fazer coisa nenhuma, como a esmagadora maioria dos colegas.

Experimentei e não gostei do curso de História e decidi ir para sociologia, curso de que ouvi dizer muito bem. Durante dois anos aprendi que sabia muito pouco daquilo e que os professores e colegas também não sabiam grande coisa. No terceiro ano de um curso de quatro comecei a questionar se estava a aprender ali o suficiente para se justificar os esforços. Mas o conforto da flexibilidade laboral não me obrigou a uma reflexão séria sobre isso. Além disso, haver um curso de licenciatura para acabar era em si mesmo uma meta, depois da qual seria possível ter acesso a outras possibilidades de trabalho e intelectuais.

Foi com alegria que comemorei o fim do curso. No banco, um colega disse-me: “Vais aos recursos humanos informar da tua licenciatura. Se eles te tratarem por doutor estás safo.” Pessoalmente estava pouco seguro sobre isso. Talvez não pelas mesmas razões do meu colega. Eu já tinha uma ideia do trabalho dos recursos humanos, uma espécie de engenheiros de pessoas, independentemente do trabalho que faziam. Acho que não ia gostar de ser contratado para organizar despedimentos ou a perda de direitos dos trabalhadores, depois de ter beneficiado deles. E não poderia esperar aumento de salário. Mas, seja como for, ninguém me tratou por doutor (quem me tratava por engenheiro, desde que tinha entrado para o centro de informática do banco, era o contínuo que estava à porta e ocupava o dia a negociar desde camisas e automóveis, a terras e andares.

Lembrei-me de que poderia gostar do desafio intelectual e profissional de misturar duas culturas que se alheiam mutuamente entre sim, como a ciência da computação e a sociologia. Escrevi sobre isso e apresentei o texto aos que mandavam na universidade onde tinha feito o curso. Foi a partir dessa iniciativa que a área de sociologia decidiu abrir um lugar de “informática para ciências sociais”, à semelhança de “estatística para as ciências sociais” que já existia. Concorri, claro.

Os engenheiros que começavam a construir o sector tecnológico do ISCTE não gostaram do meu currículo, mas a direcção da sociologia, que tinha muita influência no ISCTE, fez questão de repor alguma verdade no concurso e lá fui contratado, a contragosto da minha chefia directa. Descobri, entretanto, que o ambiente de aberta discussão científica que eu imaginava ser a vida universitária era, afinal, um vazio. Para discutir alguma coisa o primeiro passo era prestar vassalagem a quem estivesse capaz de dirigir uma discussão, num tempo em que nem sequer havia doutorados, todos eram aprendizes de feiticeiro, eventualmente complexados com a respectiva ignorância, mal de que raramente sofri. Prefiro conversas da treta ao silêncio reverente. Durante 8 anos dirigi uma única cadeira, sem ter tido sequer uma reunião de trabalho. Nos próximos 4 anos dediquei-me ao doutoramento. Nenhuma orientação científica.

Não desgostava da falta de orientação. Seria pior ter alguém a querer dirigir-me para caminhos que impediriam a minha exploração livre. Gosto de fazer investigação como quem deambula por uma cidade, escapando às rotinas e olhando as coisas por ângulos singulares, que surgem espontaneamente à mente.

Fui obrigado a optar entre o emprego de programador e ser professor universitário. Apesar da oposição do meu chefe direto na universidade, senti-me suficientemente seguro para tentar viver em liberdade na universidade em vez de na prateleira (como estávamos quase todos no banco). Seria pago para procurar a mistela, as sinergias, entre as ciências de computação e a sociologia. Assim fiz até ao sucesso do meu doutoramento em sociologia (em que as ciências de computação não tiveram nenhum papel).

Nesse espaço de 10 anos, que media entre o meu despedimento do banco – de onde tinha saído depois de me ter sido prometido um trabalho de inspecção informática (que seria uma oportunidade de misturar informática e sociologia) e mostrado que “estar quieto” não era uma especialidade exclusiva do centro de informática – ocupava parte dos meus fins-de-semana a ler anúncios de empregos que me pudessem ajudar a encontrar um sentido prático às minhas aspirações. Finalmente, em 1990, quatro ou cinco anos depois, concretizei de novo o duplo emprego. Contrataram-me como chefe de serviço dos censos (INE), trabalho de organização logístico-metodológica, para o qual as minhas competências informáticas foram atraentes para quem me contratou e também me foi útil para manter com a equipe de informáticos destacada uma relação profícua e operacionalmente útil. Na verdade, demasiado útil.

Os Censos-91 foram uma operação nacional do estado que foi organizada pelo INE em colaboração com as autarquias (para efeitos operacionais) e a igreja católica (para efeitos de propaganda). Os Censos foram as primeiras operações não militares que usaram computadores. Servem para produzir dados de base para os estudos sociais. Eu estava, de facto, num lugar para o qual me tinha preparado para estar. Beneficiava de dois salários cumulados. Na universidade houve quem se queixasse de estar a violar o compromisso que tinha assumido ao abandonar a banca. Isso era verdade. Porém, o facto de ter passado anos sem nenhum enquadramento ou apoio fez com que o meu compromisso fosse substituído por uma reclamação de direito: eu tinha direito a receber esses dois salários desde que cumprisse as minhas obrigações (o que era fácil, quando apenas tinha de estar 6 horas por semana na universidade, para dar as aulas).

Na entrevista que fiz para entrar no INE informei a administração que me estava a contratar que não queria que me contratassem se fosse para me meterem na prateleira. Já tinha estado 6 anos na banca (trabalhei durante seis meses) e ainda mais na universidade. Nesta, ao menos, não tinha de picar ponto. De facto, durante dois anos e meio desenvolvi uma actividade intensa e operacionalmente eficaz. Mas logo sobreveio o deserto laboral, outra vez. No entretanto, o negócio da informática dos censos, a aquisição de potentes computadores novos, novo software dedicado e inovador, foi ganha pela IBM, na altura o grande monopólio do sector. O trabalho foi adjudicado a uma empresa (start-up, como hoje se diria) de professores do Técnico, que foram explorados até à falência pela construtora. Sei disso porque o calendário do contrato firmado entre o INE e a IBM foi sendo atrasado, pondo-se a IBM de lado e deixando os técnicos do INE a trabalhar com os professores do IST. Depois de várias chamadas de atenção, em conjunto com o subdirector de informática do INE encarregue dos censos, assinámos uma declaração de irresponsabilização nossa perante o boicote da IBM ao contrato em vigor, dirigida à administração do INE. A reacção da administração foi a de marcar uma reunião entre a administração da IBM e os técnicos de informática, depois de despedir o subdirector de informática dos censos. Estive presente nessa reunião em que deixei claro que os negócios “por de baixo da mesa” não tinham sido feitos com o meu conhecimento. Na sequência, veio a IBM a reconhecer haver um problema na construção física dos computadores vendidos que estavam a impedir os programas de funcionar. A empresa dos professores do Técnico faliu e o INE não activou as compensações contratuais referentes aos atrasos sofridos pelos Censos, cuja qualidade estatística também deixou a desejar por razões de problemas de organização no terreno.

O administrador encarregue desse negócio acabou por perder os seus poderes executivos, suave sanção, por má gestão. Pela minha parte, sem o saber, tornara-me persona no grata para o esquema de corrupção que levava dinheiro para os partidos do centrão, como contrapartida de posições e negócios, centrado na direcção de informática do INE (anos mais tarde, isso foi reconhecido, já depois da pessoa em causa ter servido – a quem? – como administrador). Perante a prateleira, aceitei perder a posição de chefe de serviço para integrar o gabinete de estudos demográficos com o acordo de cavalheiros de poder dedicar o meu tempo aos trabalhos de doutoramento, na altura um dos objectivos do INE para qualificar o pessoal. Só quando terminei o trabalho e entreguei o doutoramento me comecei a dar conta do incómodo surdo, das intrigas que foram tecidas à minha volta. Infelizmente demorou 9 meses entre a minha entrega do doutoramento e as provas. Todo esse tempo, voltei à prateleira. Percebi então que as práticas de corrupção não eram apenas pontuais, com origem no administrador entretanto suspenso anos atrás. Já havia outra administração, próxima do novo governo de turno, do partido de alternância. Juntei 300 páginas de informação a que tive acesso e fiz um dossier que enviei à Provedoria de Justiça a denunciar fumos de corrupção. Poucos dias depois o director de informática pede licença sem vencimento, alegando ter uma actividade profissional alternativa, e deixa a sua mulher (que também trabalhava no INE) no lugar que era seu, como que a reservá-lo. Por acaso, encontrei um antigo colega da universidade, dirigente do partido do governo, a quem, rapidamente, dei conta da minha angústia por estar envolvido numa rede de corrupção de alto nível. Para minha surpresa, o meu colega desvalorizou (sem desmentir) o que lhe estava a contar. Percebi que isso era rotina. Já tinha ficado com essa impressão quando procurei jornalistas para investigarem o caso. Fiquei com a certeza quando aceitei 11 mil contos que a administração do INE me estava a oferecer (e durante meses resisti a aceitar) para me despedir. Passados poucos dias o director de informática regressou ao seu posto no INE e recebi uma carta da Provedoria a dizer que recomendou à administração do INE não despromover pessoas de chefe de serviço sem razões válidas e a dizer-me a mim que uma vez tendo aceite o despedimento, fechava o dossier.

Tal como a comissão de trabalhadores do INE de então entendia, ou ao sindicato que cobria o INE a que recorri na ocasião, também a Provedoria entendeu que aquilo era um conflito pessoal entre mim e alguns decisores no INE. Fiquei a saber tudo sobre corrupção em Portugal. A que juntei a experiência de um juiz que me arrestou o dinheiro que tinha nas contas, depois de recebido os subsídios de natal, por alegadas dívidas que o meu pai teria deixado a um banco, quando morreu. Perguntado pelo incumprimento da norma que obriga os tribunais a reclamar primeiro e arrestar depois, o juiz reconheceu o “salto” nas etapas procedimentais, mas disse ir corrigir isso sem libertar as contas. Felizmente, apesar dom incómodo, o dinheiro arrestado pagava várias vezes a dívida (empolada) em causa. Não quereria ficar agarrado a uma herança de dívidas por alguns anos. O advogado informou-me que perante este comportamento do juiz, apenas poderia reclamar disciplinarmente: a ilegalidade subscrita por um juiz torna-se um abuso de poder irrevogável. Disse-lhe que sim, que avançasse com uma queixa disciplinar contra o juiz. Disse-me que não: que isso lhe iria trazer problemas profissionais e tudo o que eu lhe pagasse não compensaria os danos.

Enriquecido, digamos assim, com os duplos salários, desorientado com a corrupção generalizada (em que mundo estava eu a viver?) e com o meu divórcio, sempre na prateleira profissional, encontrei motivação em ajudar activistas presos. Divulguei as suas lutas dentro e fora das prisões, através de um jornal mensal: SOS Prisões. Na viragem do século decidi trocar o meu projecto de miscigenar ciências de computação e sociologia, que sabia agora ser impossível, por usar os meus poderes de professor universitário e de investigador em sociologia para dar mais consistência ao activismo pelos direitos humanos dos presos, que tinha começado em, 1996, durante o tempo de espera entre a entrega do doutoramento e as provas.

Nesse tempo, a carreira académica era automática. Com o doutoramento tornei-me professor auxiliar (categoria em que me mantenho) e cinco anos depois ficava com vínculo definitivo ao estado. Nesse período dediquei-me a aprender como utilizar a sociologia para fins de activismo social, no campo dos direitos humanos. Fiquei a saber que isso é indesejado pelas universidades e pelos colegas dirigentes, que, entretanto, não se atreveram a opor-se. Ao invés, fingem não saber ou gostar. Quando o ministério da justiça, que tutela as prisões, enviou uma missiva a pedir uma investigação sobre as minhas actividades profissionais na universidade isso foi feito. Nunca tive acesso a essa carta, alegando a direcção da universidade que nunca fora instaurado um processo disciplinar, mas antes um processo de averiguações sobre a pertinência de um processo disciplinar. Só formalmente esse processo não teve consequências. Na prática, as condições de investigação que estavam disponíveis até então, como portes de correio gratuito, foram indisponibilizadas. Anos mais tarde recebi uma mensagem do reitor a exigir que eu deixasse de me identificar publicamente como professor do ISCTE. Imagino que terá recebido uma outra carta do ministério da justiça que procurou, em vão, resolver assim.

Foi-me sendo feito ver quais eram os caminhos que eu não deveria percorrer, de formas mais ou menos enfáticas e benévolas, se comparadas com os meus amigos activistas efectivamente condenados a multas muito difíceis de pagar por gente sem emprego e presa. Em paralelo, a Procuradoria Geral e os tribunais mantiveram-me por década e meia sob medidas de coacção (as mais suaves, TIR) à conta de 8 processos crime por alegada difamação das prisões. Só não foi um incómodo porque um advogado contra “isto-tudo” me serviu de amparo. Nas suas mãos nunca fui condenado e, melhor do que isso, ele explicou-me que quem estava ilegal eram os procuradores e os tribunais e não eu. Eu apenas fizera e fazia aquilo que a lei incita ou mesmo obriga os cidadãos a fazer. Chama-se José Preto e não lhe posso pagar a tranquilidade moral e política que cimentou o meu presente e futuro pós-doutoramento.

Apesar de perseguido benevolamente, no tempo da gestão democrática do ISCTE foi possível dirigir dois mestrados. Tinham um caracter interdisciplinar e transdisciplinar, como desde sempre e ainda hoje (na verdade sem consequências práticas) está inscrito nos desígnios específicos e especiais do ISCTE. Sobretudo na altura da divisão em escolas (faculdades), a par da mudança de regime de gestão, essa indiferença contrariada a respeito da interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade ficou evidente: os únicos mestrados que mobilizavam colegas de várias das escolas – os meus – foram abolidos. Com a passagem para a gestão fundacional, semi-privada, sobretudo autoritária, em 2008, o departamento de sociologia recebeu ordens para me tolher o acesso a recursos. Decidiu tirar-me os mestrados e, em substituição, ficou, até ao fim da minha carreira, um buraco na minha distribuição de serviço (primeiro semestre praticamente sem aulas). Além de deixar de ter acesso a estudantes eventualmente interessados no tipo de investigação em que eu estava interessado, todos os meus colegas colaboradores nos mestrados ficaram a saber que qualquer coisa que eu pudesse desejar seria contrariado e que mesmo a colaboração comigo seria contraindicada. No caso dos colegas de gestão essas instruções foram dadas directamente, segundo me informaram.

Não me dei conta, à data, das consequências de destruição da carreira (em termos de concursos públicos) que foi imposta. Tais práticas são banais nas universidades. Por exemplo, na lei está prevista a gestão equilibrada de orientações de mestrado e doutoramento. Na prática, os estudantes sabem que se se acolherem junto dos directores de mestrado e de doutoramento as suas hipóteses de sucesso são significativamente maiores. Por isso, a distribuição de orientações pode ser usada como indicador de poder e conformidade que fica evidente nos concursos. Não só ninguém repara ao tempo dos concursos a existência de candidatos – como eu – sem orientações. Os concursos, claro, não são vigilantes da legalidade das práticas universitárias: são parte delas. A próprio governo aceitou fazer vista grossa a esse (e outros) tipos de ilegalidade por pressão dos reitores.

Em todo o caso, entendi perfeitamente que estava a ser desqualificado. Já não tinha esperança nem vontade de procurar outros empregos. Decidi provar a mim mesmo que era muito melhor do que os meus colegas, não apenas no plano moral – esse eles não entendem o que seja – mas também no plano intelectual. Nada nem ninguém me poderia impedir de continuar a investir na crítica social que tanto incomodava o governo e a universidade. Haveria de descobrir qual era o fundo desse incómodo. Foi a essa actividade que me dediquei, a partir do desenvolvimento do conceito estados de espírito que tinha mobilizado para a investigação financiada sobre prisões que consegui em 2003-05. Em 2016 abandonei o activismo das prisões para me libertar da proximidade com os problemas quotidianos dos presos e poder desenvolver a ideia das relações que existem entre a prisão e a política. Os resultados desse trabalho estão escritos em livros publicados em 2020 e 2021.

Durante a última década admiti odiar os meus colegas punitivos, mas também fiquei consciente que esse ódio seria um impedimento à eventual compreensão das razões profundas (se as há) que levaram às minhas suaves punições. Talvez, pensei, quem estivesse errado fosse eu. Isto é, com a minha formação em solitário posso ter enveredado por um caminho intelectual estranho às ciências sociais e à sociologia. E porque em vez de me conformar com as indicações sugeridas eu “tenho mau feitio”, como dizem os meus colegas que se apresentam como meus amigos para me impedirem de fazer mais disparates, aquilo que eles imaginam ser a minha protecção (a censura que fazem das minhas actividades) era entendido por mim como um ataque pessoal. Melhor dito, tal como o liberalismo ou o comunismo são liberal e comunista diferentemente consoante as classes sociais em luta, também a teoria social é diferente consoante as orientações teóricas dos praticantes. Como um dia me disse uma aluna, a sociologia que eu faço não é sociologia do ISCTE, isto é, o tipo de sociologia que todos os outros meus colegas fazem. Estava fora do discurso único. Que bom! Então, caber-me-ia descobrir de que modo havia essa diferença tão evidente entre o que faço e aquilo que era suposto fazer.

Quem estava empenhado em internacionalizar a sociologia do ISCTE, de forma demarcada da sociologia de Coimbra, de Boaventura Sousa Santos, embora me considerasse colega e me protegesse de mim mesmo, não poderia deixar que as minhas atitudes – por exemplo, com o governo – pusessem em causa financiamentos ou a educação profissionalizante com que a universidade compete por estudantes e propinas. Quem não alinhou e se opôs ao projecto científico do ISCTE fui eu. Não poderia queixar-me. Ao invés, mantive sempre o meu salário. E tempo livre suficiente para pensar na vida e apresentar a sociologia que, em alternativa, poderia ser ensinada.

Descobri que os meus colegas tinham e têm razão: a minha sociologia não poderia ser orientação para os profissionais de sociologia nem para investigação que interesse ao estado português e europeu. Só existo porque eles criaram as condições de existência de uma universidade ao serviço das elites e me deixaram ficar por lá. A gestão democrática obrigaria a dar muita bandeira para me porem dali para fora. Quando chegou a gestão autoritária, já era tarde demais, pois tinha adquirido vínculo permanente ao estado.

Compreendendo isto, ainda assim, emocionalmente é doloroso de cada vez que um concurso me coloca fora dos lugares elegíveis e, mais uma vez, marco passo na carreira. Intelectualmente posso desviar a minha atenção da negativa, mas emocionalmente continua a magoar-me. Gostava de ser reconhecido pelos colegas que fazem o inverso do que eu recomendo. Tal é a força da sociabilidade humana, necessidade.

O vazio de diálogo científico que senti quando fui recrutado para professor universitário foi o vazio que me encaminhou por onde fui e que me afastou dos meus colegas. A sociologia actual, no ISCTE e por todo o lado (sei-o hoje) é resultante desse vazio de diálogo. Vazio que ataca não apenas as ciências sociais, mas também as ciências naturais. É esse vazio que torna os cientistas anti-sociais e, sobretudo os cientistas sociais, anti-científicos. Seguro disto, sinto-me reconfortado pela sabedoria adquirida e com vontade de começar agora a ensinar o que aprendi, depois da reforma.

1. Comecei por optar entre engenharia e humanidades, após o 25 de Abril. Depois optei entre dinheiro (informática) e liberdade (universidade). O projecto era misturar e ganhar sinergias entre a que sabia de computadores e o que me ensinaram de sociologia. Com o doutoramento compreendi que isso das sinergias entre as duas culturas (humanista e científica) era um logro, era propaganda. No período de nojo para assimilar o que tinha aprendido vi-me activista dos direitos humanos, com a necessidade de compreender como os mesmos estados que fazem convenções internacionais as violam, por moto próprio e todos ao mesmo tempo. E como as sociedades fazem vista grossa aos maus tratos e às torturas produzidas pelos estados que as representam na política. Decidi reorientar a minha investigação social a que era obrigado profissionalmente para esses temas: deixar de me enredar na propaganda da sociedade da informação, da sociedade do conhecimento e passar ao tema prisional. Fixei, como se fosse por inspiração, a noção de estado de espírito (aquilo que faz pessoas diferentes parecerem iguais em circunstâncias opressivas; como é que todos os que entram presos nas prisões se parecem com criminosos? Ou guardas?). Descobri a trilogia do poder: proibir, submissão e marginalidade. Descobri que o poder era uma obsessão das teorias sociais, descorando assim as actividades sociais de cuidar e a parte da produção social de identidades que decorre dos cuidados (em modernidade, infelizmente, o berço continua a ser determinante para a construção das identidades e possibilidades sociais de cada um). Descobri que as políticas científicas capturadas pelo imperialismo norte-americano limitam as actividades cognitivas dos cientistas em troca da sua profissionalização e financiamento regular e privilegiado. Finalmente, sinto-me um professor. Embora sem alunos e menos ainda estudantes. Porém, noto alguma curiosidade. Não sei se isso se deve ao sucesso da minha investigação se se deve aos novos tempos que estamos a viver.

**HISTÓRIA PESSOAL PROFISSIONAL conflitual INTEGRADA PARA SE COMPREENDER O SENTIDO SINTECTICO DAS RESPOSTAS DAQUI PARA A FRENTE**

Frequentei um curso de cooperativismo, quando abandonei os estudos de engenharia. Pagavam uma mensalidade e ofereciam alojamento e alimentação. Era uma organização do PNUD para países subdesenvolvidos acolhida pelo Instituto António Sérgio e o PS para formação de quadros. Uma das finalidades era reprimir o marxismo que tinha tomado relevância nas mentes dos participantes – era muito próximo do 25 Abril. Fiquei ciente da importância de uns sujeitos brasileiros que andavam por ali quando soube de intrigas lançadas por eles contra colegas. Eram os funcionários do PNUD que se entretinham a reprimir alguns e a favorecer outros, como algumas alunas religiosas que saíram do curso (talvez por não se adaptarem, não sei) e para as quais a direcção da cooperativa – constituída pelos formandos sob a tutela da administração do curso – decidiu oferecer uma parte da mensalidade de todos os outros. A mim o dinheiro fazia falta e a decisão não tinha sido assumida como forma de solidariedade. Tinha sido uma forma da administração poupar dinheiro à custa da requisição de solidariedade da parte dos restantes formandos. Fiz uma campanha de denuncia dos “bufos” que comandavam toda a operação, a administração do lado do PNUD. Eles não gostaram e impuseram aos formadores que me dessem tantas notas zero que fiquei fora do curso. Reclamei e fui recebido pela direcção (três pessoas) do Instituto António Sérgio. Disseram-me que tinha razão, mas que o dinheiro não era deles e tinha sido uma imposição do PNUD.

O primeiro conflito profissional ocorreu enquanto caixeiro numa livraria. O chefe pôs-me na caixa, apesar de não ter condições profissionais para mexer com dinheiro (os caixas tinham a responsabilidade de apresentar o dinheiro correspondente aos balanços do dia e, para isso, eras-lhes atribuído um valor suplementar ao salário). No fim do dia houve uma diferença relativamente grande. De facto, baralhei-me com uma cliente que me deu uma nota grande. Acabei por a beneficiar nos trocos. Lembrei-me disso quando faltou o dinheiro. Mas não disse nada, pois não confiava no chefe. Ele acusou-me de roubar. Não me pediu para meter o dinheiro e insistiu para que eu ficasse na caixa. Num dos dias seguintes voltou a faltar dinheiro. O homem voltou à gritaria e a chamar-me ladrão. É uma grande humilhação não poder responder. Passado uns minutos voltou à loja para dizer que desta vez estava tudo certo: fora ele que se enganara nas contas. Bem, chamei-lhe tudo e à família dele até ao sétimo grau. Imagino que para ele ser atacado como ladrão era uma coisa aceitável.

No banco tive três conflitos: durante o estágio, houve uma convocatória para a selecção nacional e não me foram dados os dias. Era um castigo pelo meu fraco desempenho, dizia o subdirector. O director deu-me autorização para usar os meus dias de férias. Eu decidi secretamente baldar-me ao trabalho sempre que possível. Na volta das mini-férias fui sujeito a um teste de proficiência como programador. Em poucas horas fiz o trabalho que me pediram. Fiz um histograma. Os meus colegas ficaram malucos: parecia-lhes magia (não tinham a minha formação básica em matemática). Um deles pôs a circular que tinha sido ele quem me deu as orientações para um tal desempenho. Tudo continuou sem nada para fazer. Anos depois, já depois de eu ter estado seis meses a trabalhar no único projecto que me foi distribuído no centro de informática, ao chegar de férias, sou chamado ao mesmo vice-director para explicar porque é que não fazia nada. Compreendi que fora um colega que solicitou uma promoção e que foi promovido a chefe e que entendeu dever servir o vice-director com uma denúncia, uma demonstração de fidelidade. Como nada acontecia, lembrou-se de me acusar. Pedi imediatamente uma reunião com o diretor. Esta acedeu, pois sabia que as minhas relações com o vice não eram boas. Perguntei ao meu colega recém-promovido que trabalho tinha ele distribuído à minha responsabilidade que eu não tivesse feito. O homem sem resposta chorou e a coisa morreu ali. Um dia passei para o departamento do contencioso que abriu vagas para inspectores informáticos. Pediram-me para avaliar a situação numa agência. Fiz o meu relatório. O meu director chamou-me, na presença do director de informática, meu antigo director. Este desancou-me por estar a exorbitar funções, isto é, por ter escrito alguma coisa que não gostou. Eu levantei-lhe a voz, porque não gostei do tom. O meu director disse que isso não eram maneiras de falar com um director. Continuei na prateleira.

A minha cabeça estava longe, no curso de sociologia, num tempo em que os despedimentos não eram opção dos directores. Os meus colegas abandonados às respectivas prateleiras preferiam intrigar para tentar subir na vida. Os mais racionais imaginavam que quando a administração percebesse a baixa produtividade alguém seria responsabilizado. De facto, o banco vivia de um negócio pouco dependente dos computadores e isso era suficiente para quem estava empenhado em acabar com os bancos públicos e servir os interesses financeiros privados. A privatização demorou anos. Foi realizada depois de eu sair. Mas não foi isso que mudou o centro de informática. Quando alguns anos depois o banco privado decidiu fazer alguma coisa foi para colocar em pré-reforma todos os informáticos. Sei disso porque eles se reúnem todos os meses num restaurante de luxo para conviver e comemorar a pré-reforma.

Na universidade tive um primeiro conflito com o chefe da informática: à falta de recursos, colocou os assistentes a servir de técnicos do centro de informática. Recusei-me a tal. Levantou-me a voz e eu respondi mais alto. No fim do ano, deu-me nota de despedimento. Informado por ele, reagi para o superior informando-o do que tinha feito e do que planeava fazer nos próximos anos. Foi nessa altura que me obrigaram a cumprir o meu compromisso de entrada (sair do banco), compromisso que não respeitei dada as circunstâncias adversas da minha contratação no ISCTE.

Um segundo conflito a denuncia do ministério da justiça sobre o uso do correio do ISCTE que eu estava a fazer (por sorte, poucas semanas antes a direcção da escola tinha pedido a regularização da situação e tinha escrito sobre o meu pedido a autorização para eu usar o correio para fins de investigação). Mas as manobras fizeram-me imaginar que poderia ser despedido quando fosse a ocasião de fim de contrato. Não aconteceu. Mais tarde houve um problema na gestão de uns dos mestrados. Não paguei conferências de médicos, por que o meu contacto informal com os médicos me tinha dito que os conferencistas preferiam que eu utilizasse o dinheiro para fazer uma publicação do que serem pagos. O médico académico desse grupo, porém, sem aviso, escreveu à direcção do ISCTE a reclamar o pagamento dos seus honorários, O homem era, formalmente, co-coordenador do mestrado. E um filho da puta, evidentemente. Não se isso foi combinado ou foi usado depois pela direcção da escola para escrever uma carta dirigida a todos os palestrantes que participaram no mestrado a explicar que era a mim que cabiam as culpas de não terem sido pagos. No dizer de um juiz amigo a quem contei o caso, um crime de abuso de poder contra a minha dignidade profissional. O meu advogado não quis ir por aí, por entender que as ofensas não devem sere criminalizadas. Utilizou a via cível. O tribunal administrativo entendeu sem mérito o assunto, por se tratar de assuntos internos da universidade.

O reitor enviou-me uma mensagem intimando-me a não usar o nome do ISCTE quando me identifico como universitário. Anos antes tinha recebido do presidente da minha associação profissional uma mensagem semelhante a exigir que me deixasse de apresentar publicamente como membro da associação. Mandei-os dar uma volta.

Um dia recebo uma mensagem do diretor do departamento, com conhecimento para todos os meus colegas, alegando um disparate qualquer – de que não me lembro o conteúdo. Em resposta exigi que o assunto tão grave fosse tratado em assembleia de departamento, que nesse tempo (gestão democrática) havia. O homem tomou o assunto para primeiro ponto da ordem de trabalhos. Como todos saberiam do que se tratava, deu-me a palavra para me explicar. Bastante irritado e em voz bem alta, disse o que tinha a dizer. No fim, o presidente, calmíssimo, diz: “Estou de acordo!” Passei-me. Imaginei enfiar-lhe uma cadeira pelos cornos abaixo. Perguntei com quem estava a gozar e pela razão da inclusão de um tal ponto na ordem de trabalhos. Sai abruptamente da sala, para me acalmar. Demorei bastantes minutos. Ainda pensei em ir-me embora, mas voltei. Na reunião estavam à espera que eu regressasse. Dois colegas defenderam-me. Outros defenderam o director (que nunca viram alguém ser tão humilhado, que não era razão para tanta gritaria, que o director era assim mesmo, um pouco fraquinho). Os assuntos substantivos em causa foram ignorados. Esse mesmo director, anos mais tarde, como director do curso de ciência política, incentivou um grupo de alunas a procederem disciplinarmente contra mim, por ter dito mal de Cristo e ter dito merda nas aulas. A reitoria organizou, em segredo, um inquérito disciplinar por eu me ter recusado a conversar do assunto numa reunião convocada para o efeito, presidida pelo atrasado mental, em que de início declarou “já te disse que não deves dizer caralhadas!” Quando o inquérito foi arquivado por ser impossível provar que eu dissera palavrões, aleguei junto da reitoria que o mesmo relatório registara o uso de palavrões pelo atrasado mental. Então que lhe fosse imposto um processo disciplinar com o mesmo pretexto que me foi imposto um a mim. A reitoria informou que no caso dele não se aplicava.

No INE, os conflitos foram a respeito do despedimento de um funcionário que era o melhor na sua função (precária) por razões que ainda hoje não conheço. Pensei em despedir-me com ele. Mas não o fiz. Eu era o seu chefe de serviço. Houve breves conflitos com directores que tiveram problemas com os censos e tentaram responsabilizar-me por isso. Tive oportunidade de repor e verdade, facilmente. Foi acordado, a pedido do meu director e para meu alívio, que as responsabilidades orçamentais dos censos não passariam por mim. Certo dia, fui encarregue pelo director de ir a uma reunião com o serviço de informática. A questão em cima da mesa foi ter-se esgotado a verba paga a um fornecedor de software e, por isso, a empresa não estaria em condições de trabalhar mais. A solução apresentada seria o INE avançar com mais dinheiro para esse efeito. Tendo concluído assim, pediram a minha assinatura para autorizar o investimento e eu assinei. Quando informo o meu director do que se passara ele fez um arremedo de desagrado. Perguntei-lhe o que isso queria dizer. Não me respondeu. Indaguei. O que se passara foi que a IBM (empresa contratada) explorava a empresa de software (até que faliu, mais tarde) e esta recorreu ao INE para denunciar a situação e o INE, através dos directores de informática e dos Censos decidiram cobrir a IBM (por razões explicadas noutro lugar). O meu director preferiu não se envolver directamente no caso ou envolver-me com ele, usando as minhas competências estatutárias a respeito do orçamento. Foi a única vez que isso aconteceu.

Quando os trabalhos de direcção do censo entraram em ponto morto, o meu director não aceitou respeitar o compromisso assumido aquando da minha contratação de usar o tempo de prateleira para fazer o meu doutoramento. Entretanto, a política de valorização do pessoal por via académica também foi revertida. Fui encostado noutro departamento, porque o administrador entendeu cumprir o compromisso. Quando ficou claro que eu deixara de trabalhar no meu doutoramento, que é o que eu fazia nesse novo departamento, a sua directora começou a incomodar-me com intrigas e conversas estranhas. Percebi que ela sabia do interesse da administração em ver-se livre de mim. Mais tarde soube que outro colega em posição semelhante à minha, que estava a fazer carreira académica, foi igualmente dispensado. No fundo, senti pressão para me desvincular profissionalmente do INE pelo incómodo, quando houve uma reversão da anterior política de valorização de recursos humanos do INE. Lembro-me de um documento interno circular, a propósito de um artigo que fiz no quadro da análise de dados para que me preparava para começar a fazer, dizendo que eu não sabia escrever. Talvez tenha sido esse o motivo por que fui chamado a um dos administradores (o que fazia de cão de fila do Presidente, não o administrador que tutelava os censos) que me veio com uma conversa – que não recordo qual tenha sido – mas que me fez gritar com ele alguns palavrões ofensivos. Isso ouviu-se fora do gabinete dele e circulou por todo o INE. A sua reacção foi de me dizer que eu só me comportava assim porque tinha outro emprego. Mas não reagiu para além disso. Talvez por que sabia das minhas suspeições sobre a corrupção de que ele era um dos responsáveis. Lembro-me de ter uma conversa comigo – nessa altura ou noutra – em que para minha surpresa explicava que era das pessoas que mais impostos pagava em Portugal. Qual seria o meu interesse nisso? Um dia, farto das insinuações e manobras e incerteza face ao meu papel profissional, pedi audiência ao Presidente. Pedi-lhe que me desse trabalho, porque estava na prateleira há já demasiado tempo e não queria estar nessa situação. Respondeu-me que estava informado de eu ser um privilegiado no INE. Respondi-lhe que sim, dada a minha situação de estar em doutoramento, mas que já não tinha mais uso para essa situação. Dois dias depois fui informado pelo director de recursos humanos que o meu salário tinha sido reduzido ao mínimo (deixaria de receber os prémios devidos aos méritos, conforme as práticas correntes). Fui também informado que era vontade do Presidente que eu pedisse a demissão. Não lhe fiz a vontade durante alguns meses.

Na Lusófona experimentei o ensino superior privado. Pagavam com o mês seguinte já bem entrado e era preciso ir fazer fila para buscar os cheques. Eu precisava do dinheiro para recuperar da falência dos negócios em que me meti. E consegui cumprir essa finalidade, por que a legislação facilitava a vida dos doutorados: era o tempo dos turbo professores. Eu era um deles. Consegui que me pagassem um bom salário recebido por via de uma empresa criada para o efeito, como na altura era possível fazer. Maluquices (i)legais deste país. Pena tinha dos meus colegas que não estavam em condições de negociar salários nem gritar na secretaria para que os processos burocráticos fossem realizados dentro dos prazos razoáveis. A administração dizia que isso era a contribuição dos docentes para a sustentabilidade da universidade. Entretanto, havia colegas que combinavam com os estudantes não terem aulas e havia estudantes que entendiam que pagavam e, por isso, não podiam chumbar. Soube isso por que me vieram pedir para dar nota a quem copiou em exames e eu não aceitei.

Em todos estes conflitos, o essencial do ponto de vista profissional e funcional foi sistematicamente colocado de lado pelos dirigentes.

1. Do episódio do PNUD aprendi que a subordinação dos valores ao dinheiro e dos portugueses ao estrangeiro era outra coisa do que “nem fascismo, nem social fascismo, independência nacional” que cantavam as manifs do PREC. Mas não me deixei abater. Esqueci o assunto e continuei. Pensei que seria a fragilidade do cooperativismo que abria o campo a isso. Mas noutras áreas não seria assim. Embora os administradores do IAS fossem universitários, não liguei isso à vida nas universidades.

Perante as orientações científicas do ISCTE compreendi que o tipo de investigação que gostava de fazer a respeito das prisões – que era investigação-acção ground-theory – não seria bem aceite. Sobretudo se tais actividades implicassem envolvimento em confrontos com o estado. Porém, dada a situação da investigação em Portugal e no ISCTE, poderia beneficiar do mesmo que os meus colegas, isto é, disponibilização de recursos do ISCTE para apoiar a investigação, sem haver exigência de formalizações. Foi a violação de correspondência por parte do ministério da justiça – autorizada por tribunais (pois fiz queixa crime disso e o juiz entendeu ser um crime inimputável em meio prisional) e não combatida por advogados, que têm a esse respeito um estatuto especial – que permitiu saber que correio pago pelo ISCTE servia para divulgar o SOS-Prisões de uma associação de direitos humanos. O ministério da justiça, como fazem os governos perante os inimigos, entendeu reduzir a capacidade financeira da associação, procurando atacar o seu financiador principal. Fê-lo de modo a conseguir que o ISCTE deixasse de financiar a minha investigação, mas não logrou o meu despedimento. A associação continuou a trabalhar mais alguns anos. E não foi a falta de financiamento que determinou ou seu fecho.

No INE, apesar dos pedidos do administrador que sempre manteve comigo os compromissos assumidos informalmente no acto de contratação, não me senti em condições de suportar os subliminares ataques quotidianos das intrigas palacianas. Tentei envolver a comissão de trabalhadores no assunto, para denunciar a corrupção. Esta entendeu que eu estava envolvido num conflito pessoal com a administração que nada interessava aos trabalhadores. Alguns dos seus elementos foram promovidos para reforçar o interesse da administração nesse entendimento da CT. Com a administração do INE, o meu conflito pessoal era apenas a insuportabilidade da dor de estar outra vez na prateleira. O director de recursos humanos informou a administração de que um horário livre para mim resolveria provavelmente o problema – o que me agradaria. O que administração recusou (compreensivelmente). Entendeu como privilégio o espaço de tempo que o INE me ofereceu para fazer doutoramento. Sem saber onde me colocar a trabalhar e sabendo da minha indisponibilidade para compactuar com os costumes, preferiu excluir-me.

1. Jovem, a aprender, compreendi o meu modo de pensar como retorcido ou irrealisticamente exigente, como costumam ser os jovens. Portanto, seria melhor aprender primeiro o verdadeiro sentido das palavras para depois as poder interpretar de um modo mais realista e consentâneo com o que as outras pessoas pensam. Pensei, como na altura e ainda hoje é corrente pensar, ser Portugal um país atrasado e, portanto, ser a ignorância e a fragilidade das organizações que levam as pessoas a posições defensivas. Hoje sei que o essencial do que se passa em Portugal se passa igualmente em todas as sociedade modernas: o espírito imperial usa o espírito de cooperação, de submissão, próprio das necessidades de sociabilidade humana – como as de integração e reconhecimento social e profissional dos jovens – para o transformar em espírito de subordinação através de estruturas organizativas diferenciadoras das pessoas a pretextos vários a que se chama “competência” ou “avaliação”.

A formação inicial, nas escolas e nas universidades e nos cursos de formação, diz avaliar as competências. Na prática e na verdade transforma o saudável espírito de submissão (às orientações recebidas das gerações mais velhas) em espírito de subordinação (às elites das organizações, dos estados, internacionais, enfim, o império, isto é, as redes de alianças entre todas as elites). Isso faz-se separando moralisticamente o mundo e a experiência em duas partes: a boa e a má. Para viver na boa há que subordinar-se. Quem vive na má será porque se insubordinou de algum modo.

Portugal, por exemplo, quis dar passos maiores que a perna, com os Descobrimentos. E, por isso, deve resignar-se agora ao seu lugar na hierarquia imperial, lembrando platonicamente o seu lugar na realização dos impérios modernos. A especificidade positiva e negativa de Portugal é diferenciada do resto do mundo e encobridora daquilo que é universal, o espírito imperial, curiosamente descrito e encoberto como racionalidade por Max Weber ou como capitalismo por Marx. As ideias e as indústrias são estruturadas e estruturantes da expansão do espírito imperial no mundo, mas têm sido usadas para o encobrir, nomeadamente focando a atenção dos jovens, das ciências sociais, nos localismos, seguindo a receita de Descartes de dividir os objectos de estudo em partes, de modo a perder o sentido do todo.

1. A minha relação com a nacionalidade, aliás como com a religião, não é uma questão que me ocupe. Aprendi isso na Índia, quando me perguntaram se em Portugal não havia europeus (dado o meu fenótipo meio africano) e quando perante a minha resposta de afirma não seguir nenhuma religião, decidiram chamar-me cristão. Lembro-me de me ter negado a cantar o hino quando fui jogar pela selecção – ninguém me impôs que o cantasse. Não queria cantar o hino que me foi ensinado na escola pelos que me queriam enviar para a guerra. Lembro-me de ter ficado surpreendido com a identificação orgulhosa dos meus filhos à sua nacionalidade portuguesa, o que me agradou. Lembro-me de ter insistido com eles em procurarem na Europa mais desenvolvida uma vida diferente daquela que aqui poderiam ter, do ponto de vista profissional – sugestão que acabaram por seguir, sendo a minha contribuição apenas uma bênção. Sempre me opus à guerra e, portanto, à NATO. embora apenas interiormente, já que na prática esse assunto político é tabu. Isso é um efeito do império, da aliança de todos os países ocidentais entre si, de momento sob a égide dos EUA. Viajei por muitos países em muitos continentes, quase sempre em turismo, raramente (como na Índia) tive oportunidade e disponibilidade para contactar com os povos locais.

Parti do princípio da especificidade nacional, do caracter especial dos portugueses, embora nunca tenha compreendido os autores que falavam disso, os humanistas nacionalistas, os da filosofia portuguesa, democráticos ou não. Hoje sei que se trata de jogos irracionais que escamoteiam as nossas ligações imperiais: o que foram os descobrimentos e as colonizações, a nossa colaboração com a exploração da Terra e dos seus recursos, incluindo os recursos humanos.

Embora compreenda a humanidade como uma utopia – a relação harmoniosa entre todos os seres humanos não é possível nem desejável – descobri que o problema do nacionalismo é o mesmo das teorias sociais: dividir a humanidade (experiência da nossa espécie) em realmente humanos e os outros, confundindo as lutas sociais com a participação da espécie humana na grande aventura da evolução cósmica que nos torna únicos e (demasiado?) poderosos contra o resto da existência.

Nas disputas entre progressistas (modernos) e localistas (pós-modernos) reconheço os efeitos perversos do acolhimento (anti-científico) do nacionalismo (e do estado-social que o reforçou no pós-guerra) nas ciências sociais, incluindo o marxismo e outras teorias críticas.

1. Parece-me que não há uma oposição entre aquilo que as pessoas podem imaginar de melhor e aquilo que as pessoas podem fazer. O que há é um tempo necessariamente desfasado entre o surgimento de um desejo de realização e a produção do caminho necessário à sua execução. Dito de outro modo, a humanidade desenvolveu uma capacidade singular relativamente a outras formas de vida conhecida, que é uma grande autonomia do pensamento. Mas sem os corpos resultantes da evolução da vida na Terra, sem o surgimento da espécie humana, não haveria pensamento. O impensável, como o pensamento, surge sem plano. Mas o pensamento é capaz de planear. Os resultados práticos desses pensamentos é que podem ser inesperados, seja por limitações do pensamento, seja por práticas de condicionamento, censura, obscurantismo, opressão do livre pensamento.

Embora a palavra e o pensamento que lhe subjaz constituam um mundo autónomo, virtual, sem materialidade a que possamos ser sensíveis imediatamente, palavras e pensamentos ocorrem ao mesmo tempo que as acções materialmente evidentes. Portanto, é diferente dizer-se que as palavras e os pensamentos – o subjectivo – são irrelevantes para o que se passa em cada momento (o que é evidentemente mentira) e que o que se passa – objectivamente – não tem nada a ver com aquilo que se disse e diz e se pensou e pensa. O direito e a sua relevância política antiga estão aí para nos mostrar o inverso: aquilo que se diz e pensa sobre algo que se deveria ter vivido é parte integrante daquilo que se vive. Alguém torturado que ouve ou pode dizer o que lhe aconteceu, sendo acolhido pelo auditório com empatia, não vive o mesmo do que quem não pode dizer (ou pensar) na tortura de que foi alvo. Há muita gente torturada que nem sabe que é vítima de tortura. O mesmo se dirá da felicidade e de outro tipo de relações sociais. A densidade das relações sociais é muito intensa e a mente não pode acompanhar tudo. Tem de seleccionar algumas poucas a que pode dar atenção, por serem mais relevantes para si e para os outros. Por isso é fácil a cada um descartar aquilo que incomoda as elites a ponto de estas organizarem modos de repressão de certos tipos de consciência, como a de direitos humanos.

Os impérios que prometem progressos sustentáveis (vidas acima das necessidades básicas, explorando a natureza e os outros) imaginam que os efeitos perversos dessa atitude são colaterais, são passeiros, serão abolidos quando a natureza e os seus adversários tiverem sucumbido e deixado de criar problemas. Então, inventaram um caminho mais ou menos linear até ao paraíso perdido, de etapa em etapa cada vez melhor que a anterior, com menos defeitos. Chamam populismo aos desejos e à revolta dos excluídos e dos participantes no império de não serem usados e esmagados, como natureza morta. Dizem que querem imediatamente aquilo que só no fim, tipo juízo final, poderão usufruir os seus descentes, se hoje trabalharem para elites com convicção.

A alternativa entre institucionalismo e carisma é imperial, entre a administração anónima e a sua direcção reificada, deificada. Esta última torna-se a defesa da primeira em momentos de surgimento dos povos como actores da história, quando as administrações deixam de poder defender as elites.

1. Uma vez garantida a minha liberdade financeira, sai de uma carreira de prateleira como programador de um centro informático na banca para ir ganhar menos (mas o suficiente) na universidade. Ganhei liberdade, nomeadamente a liberdade de procurar emprego adequado às minhas vocações (computadores e ciências sociais), como os Censos. Infelizmente, a prateleira perseguiu-me até ao INE. Fui temporariamente feliz (dois salários bons, financiamento de estado para fazer investigação) (embora o divórcio tenha tornado esse tempo o mais infeliz da minha vida). No fim do doutoramento estava ciente de que os dois empregos poderiam estar em causa, caso falhasse as provas. Felizmente mantive o emprego na universidade o tempo suficiente para ser integrado na lista dos docentes com vínculo firme ao estado.

Embora tenha tentado suscitar várias iniciativas académicas, fi-lo sempre atraindo colegas para assumirem a sua corresponsabilidade dentro do que se viesse a fazer. Todos falharam. Por isso, aquando da proposta de mestrados não exigi dos meus colegas corresponsabilidade. Ofereci-lhes o meu trabalho de organização em troca do seu livre empenho. A oposição veio dos que investiram em regimes de centralização do poder académico, de acesso reservado aos recursos de ensino e investigação e de monopólio das relações com o exterior da universidade. Por via da minha investigação, as minhas relações com o exterior já eram “perigosas” antes mesmo da universidade se ter organizado para as controlar. Portanto, também na universidade fui colocado na prateleira. Alegadamente tenho mau feitio, sou radical, sou preguiçoso, sou mau professor, não colaboro, sou mal-criado, etc. Como sempre, de acordo com o modo de gestão lusitano, do nacional-porreirismo ou da filosofia portuguesa, não há contradições a discutir: há que cooperar com quem manda. E há cães de fila que são protegidos para fazer o trabalho sujo e manter limpos os autores morais do regime ditatorial consentido organizado segundo a legislação sugerida pelos acordos de Bolonha.

Completei a minha carreira académica com a agregação em 2004 e continuo nom início da carreira profissional em 2021. Sempre me opus a qualquer especialização, embora tenha interesses especiais de investigação. Como professor, tentei circular entre cadeiras, para aprender, incomodando os meus colegas que preferiram manter-se nas mesmas cadeiras, para não terem de estudar. Fiquei retido mais de uma década numa cadeira, contra minha vontade. Aliados tive o espírito revolucionário que impediu os meus colegas chefes (ou camaradas) de me expulsarem (acusação de ser demasiado activo seria pouco aceitável e talvez tivesse contado também as memórias simpáticas de algum companheirismo que se viveu nos meus tempos de estudante, quando eramos todos colegas). O sindicato que impôs a carreira de que beneficiei para não sere expulso na mudança para a gestão autoritária da universidade. Os dirigentes do projecto Minerva que me apoiaram nas tarefas metodológicas de doutoramento.

Os maiores avanços foram a entrada no activismo cívico, a decisão de usá-lo para informar a minha ciência e, por fim, a descoberta de que a acção dos chefes universitários decorria da sua sincera vontade de copiar o que de melhor se fazia “lá fora”, de acordo com a perspectiva de recuperação do atraso nacional de que eles orgulhosamente são dirigentes. Descoberta que tenho vindo a confirmar.

1. Nesta pré-reforma informal antecipada que vivo, excluído da vida da universidade em que entrei como estudante em 1979/80, sinto-me realizado por ter podido aprender o suficiente para poder começar a ensinar. Sinto-me menos realizado como membro da sociedade, já que a minha actividade cívica não mexeu uma palha do que se passa nas prisões portuguesas, hoje pior do que estavam quando comecei (veja-se a rede de cumplicidades necessária ao homicídio do SEF que se tornou problema durante a campanha presidencial e as reacções públicas sobre o caso: trata-se de uma exportação de práticas desenvolvidas e vulgares nas penitenciárias).

O mundo muda aceleradamente menos para os debaixo, que continuam na pobreza (antes de prestações sociais, é praticamente metade da população e vai crescer na crise COVID). Redescobri a importância da mensagem ecologista, que as teorias sociais desqualificam como estando fora do seu âmbito de especialização. As revoluções que muitos esperam serão diferentes das revoluções de que nos contaram a história. Ninguém tem ideia de como serão. Quando chegarem – e elas vão chegando aos poucos, com o a dos *gilets jaunes* em França ou os Zapatistas no México – quem esteja envolvido nelas dará conta disso, naturalmente. Não é o meu caso actualmente. Foi-o no PREC 1974-75. Mas mesmo assim, acho que tenho um caminho intelectual para continuar a percorrer que poderá ser aproveitado por quem queira mudar de vida. Sinto-me no ocaso da vida, entretido e tranquilo como nunca. Material e emocionalmente confortável.